

O Coronelismo “bem engomado” da Amazônia

Francielle Maria Modesto Mendes¹

Francisco Aquinei Timóteo Queirós²

RESUMO: O estudo se faz pela necessidade de compreender o fenômeno do coronelismo, suas influências e relações de poder estabelecidas no Brasil, sobretudo na Amazônia, durante os dois ciclos da borracha. É possível observar a figura do coronel como sendo personagem central em muitos romances, caso da obra *Terra Caída*, de José Potyguara; *Seringal*, de Miguel Jeronymo Ferrante e *Coronel de Barranco*, de Cláudio de Araújo Lima, que serão utilizadas como objetos da pesquisa. Para fundamentar o trabalho será utilizado o pensamento de Michel Foucault e de críticos como Victor Nunes Leal, Maria Janotti, Marcos Vinícios Vilaça.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. História. Amazônia.

Introdução

Este artigo sobre coronelismo surge da necessidade de compreender um dos aspectos abordados na vida social e política do Brasil, sobretudo na Amazônia. A partir desta abordagem, tem-se conhecimento de como seus mecanismos de atuação se mostram tanto na história quanto nas obras literárias: *Terra Caída* (1961), de José Potyguara; *Coronel de Barranco* (1970), de Cláudio de Araújo Lima; *Seringal* (1972), de Miguel Jeronymo Ferrante.

Para melhor estudar a temática, será usado como uma das referências o autor Victor Nunes Leal (1976). No seu clássico *Coronelismo, enxada e voto*, ele afirma que o coronelismo era o compromisso entre o privado e o público. O termo coronel designava o chefe, o mandão, o grande senhor de terras, a base da organização da colônia. Alguns historiadores denominavam os coronéis de senhores feudais, pois eram eles que comandavam a família, a parentela, os escravos, os agregados, os capangas.

De acordo com este autor, o coronelismo é um sistema político, composto de uma rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República. Na visão de Leal (1976), este

¹ Professora Mestre em Letras do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Acre (UFAC) e Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). franciellemodesto@gmail.com

² Professor Mestrando em Letras do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Acre (UFAC). aquinei@gmail.com

sistema surge na confluência de um fato político com um econômico: o fato político é o federalismo em substituição ao centralismo imperial. Surgia, então, um novo ator político, o governador de estado. No que se refere ao aspecto econômico, a decadência dos fazendeiros acarretava redução do poder político dos coronéis. Essa redução obrigava o aumento de poder do Estado.

Para a pesquisadora Maria de Lourdes Janotti (1981), a política dos governadores tinha como objetivo harmonizar os interesses dos estados mais ricos, fortalecer as situações estaduais, além de assegurar nas urnas resultados eleitorais favoráveis. Antes desta política, o antigo presidente da província era um homem de confiança do ministério, mas não tinha poder próprio e a qualquer momento podia ser removido.

Segundo a compreensão de Victor Nunes Leal (1976) e José Murilo de Carvalho (1997), o coronelismo é o sistema político datado historicamente na Primeira República (1889-1930). Leal diz ainda que o conceito surgiu da ruptura do poder privado em consonância com o poder público mais fortalecido. Contrariando Leal e Carvalho, Maria de Lourdes M. Janotti e Maria Isaura P. Queiroz afirmam que o coronelismo existiu desde o Império, mas só se legitimou na República, quando houve uma ampliação do papel desta figura na nova estrutura política.

Segundo Leal (1976), o título de coronel passou a ser designado com a criação da Guarda Nacional no dia 18 de agosto de 1831, que foi criada pouco depois da Independência. A existência da Guarda era um mecanismo para estreitar o laço entre o governo e o poder privado.

A função da Guarda, de acordo com Janotti (1981), era coibir movimentos revolucionários da época, juntamente com o exército e submeter tantos os escravos quanto os diferentes grupos sociais aos interesses dos senhores de terras. Na época, a patente do coronel correspondia a um comando municipal ou regional, que dependia do prestígio do titular, geralmente, fazendeiros, comerciantes e industriais destacados da cidade. O título impunha respeito e conferia autoridade ao seu titular. Posteriormente, ele passou a ser avaliado em dinheiro e concedido a quem se dispusesse a pagar o preço determinado e quisesse ser identificado como chefe político.

Mesmo sem o título oficial, tornou-se costumeiro, principalmente na Amazônia, agregá-lo ao nome de alguns proprietários de terra, caso dos seringalistas. Todos eles passaram a ser

chamados indistintamente de coronéis de barranco, assim como todos os aviadores da região receberam o título de comendador, mesmo sem a comenda oficial.

A figura do coronel era de chefe político e para ele se pediam votos em tempos de eleição. Usavam sua influência para fazer com que as decisões do poder público se direcionassem para seus interesses. O coronel comandava, portanto, um lote considerável de ‘voto de cabresto’. “[O coronel] Criou o voto de defunto, o fósforo, que votava várias vezes, o capanga que espantava o opositor, o curral, o bico-de-pena” (CARVALHO, 2001, p. 2).

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), o ‘voto de cabresto’ se configura de forma diferente; não se trata aqui de uma imposição pura e simples do coronel, sob pena de vinganças econômicas; trata-se de uma determinação do eleitor de utilizar seu voto de maneira que redunde para ele em maior benefício. Em outras palavras, o indivíduo dá seu voto porque já recebeu um benefício ou porque espera ainda recebê-lo. O voto, neste caso, assume o aspecto de um bem de troca. Conforme o pensamento da autora, o voto não é inconsciente. Ele resulta do raciocínio do eleitor.

Contrariando este pensamento, Janotti (1981) corrobora com Carvalho (2001). Para a autora, o poder municipal era fraquíssimo e quase nada poderia oferecer à população do interior. Dessa forma, os coronéis revestiam-se de autoridade municipal e comandavam o eleitorado de cabresto, influenciando a todos que viviam sob sua jurisdição. O pesquisador Francisco Pereira de Farias (2000) afirma que o eleitor aceita um benefício imediato e certo em troca do voto, ao invés de apostar em vantagens mais amplas, porém incertas:

A condição sócio-econômica para a proliferação do voto de barganha é a predominância de relações de produção capitalistas, basicamente a conversão da força de trabalho, através do assalariamento, em mercadoria – o que pressupõe a existência do trabalhador livre, isto é, despojado dos meios de subsistência, em particular do vínculo à terra. Trata-se do trabalhador que abandona a condição da dependência pessoal (o colonato, a moradia) frente ao dono de terras, para se submeter à dependência pessoal (o assalariamento) relativo às coisas (FARIAS, 2000, p. 50).

Nas palavras de Leal (1976), o coronelismo é utilizado para fazer barganha com o uso dos bens públicos. A barganha é comum nas relações de clientelismo, que se caracterizam pela apropriação privada da coisa pública. E é através dessas relações que a necessidade de emprego se torna, assim como o voto, moeda de troca do coronelismo.

O poder do coronel

A imagem tanto do coronel quanto do coronelismo está relacionada com as noções de poder, que o Estado não exerce, ficando a critério do coronel o exercício da autoridade. Para Foucault (2011), o poder não existe. O que existe são as relações de poder, que acontecem de forma dinâmica no meio social. O teórico francês rompe com a ideia tradicional de um poder estático, que habita um lugar determinado. Em outras palavras, a noção de poder onisciente, onipresente e onipotente – imagem pertencente aos coronéis – não tem sentido na versão foucaultiana, pois tal visão só servia para alimentar uma noção negativa de poder.

Na visão jurídico-liberal, o poder é retratado como moeda de troca, uma mercadoria, um direito ou um bem material, que pode ser negociado. Ao contrário da visão foucaultiana, que não coaduna mais com visões tradicionais, o poder deve ser observado pelos seus aspectos positivos. Ele passa a ser produtor de gestos, atitudes e saberes. E deixa de ser visto como um objeto que possa ser designado para uso a um indivíduo ou grupo de pessoas de uma determinada classe.

É possível ressaltar as formas heterogêneas de exercício do poder, que se encontra em constante processo de transformação. Prova disso são as diferentes formas de exercício do coronelismo. Além da região amazônica, os coronéis também se tornaram poderosos em outras áreas que incluem estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e, especialmente, na região nordeste, exemplo do estado da Bahia.

Os coronéis sempre fizeram parte do imaginário político nordestino. Eles possuíam grande prestígio social e político. Deram origem ao movimento chamado de coronelismo sertanejo, que durante décadas se constituiu numa oligarquia dominante nos conchavos políticos durante as eleições e na distribuição de verbas para a ‘indústria da seca’.

De acordo com as pesquisas de Leal (1976), como sistema de poder, o coronelismo entrou em declínio a partir de 1930. Mas os coronéis não desapareceram. Eles sobreviveram com a produção industrial, com a crise do café, com o aumento da população e do eleitorado e também com a prática do mandonismo. Para o autor, só uma transformação radical na estrutura agrária erradicaria as práticas políticas coronelísticas da vida do país.

Na Primeira República, o coronel não era funcionário do governo, tão pouco senhor absoluto e independente. Ele servia para intermediar a relação entre o governo e o povo do

interior, sustentando a relação em dois pilares: um deles era a incapacidade do governo de levar justiça à população. O governo alia-se ao poder privado e renuncia suas obrigações. O outro aspecto era a dependência econômica e social da população, pois até 1940, a população brasileira era predominantemente rural, pobre e analfabeta. Era mais vantajoso, portanto, para a população se submeter ao poder do coronel do que ficar totalmente desamparada.

Na década de 1970 surge o novo coronelismo que só se configura quando o planejamento estatal atinge o setor rural e os ‘novos’ coronéis são transmutados em objeto de ação estratégica do Estado. Porém, esse ‘novo’ coronel mantém a arrogância e a prepotência no trato com os adversários, a inadaptação às regras da convivência democrática, a incapacidade de distinguir o público e o privado, o uso do poder para conseguir empregos e outros favores para enriquecimento próprio, dos familiares e amigos.

No Norte, Nordeste e Centro-Oeste prevaleceu uma forma não institucionalizada de coronelismo, onde nenhum partido surgiu com força dominante. Logo, o conceito de coronelismo se deslocou do nacional para o regional, possibilitando o estudo de tipos de coronéis e de coronelismo nos múltiplos Brasis existentes. As relações estabelecidas em cada uma destas regiões não são homogêneas, unilineares. Sendo, portanto, necessário adequar os parâmetros teóricos à análise das regiões e/ou dos estados.

Coronelismo na Amazônia

No que se refere à região amazônica, o termo coronel de barranco mantém o mesmo significado do restante do país: um homem que manda na região e dita as regras, delegando funções em meio à floresta. Nas palavras de Márcio Souza, o coronel de barranco dos ciclos da borracha é um “cavalheiro cidadão em Belém ou Manaus e o patriarca feudal no seringal” (SOUZA, 2001, p. 182).

De acordo com o pesquisador Marcos Vinícios Vilaça (2006), no Nordeste e no Norte, o coronelismo sustentou-se em forte teia de laços que perpassavam as relações no seio da família, no trabalho, a posse e uso da terra, bem como as estruturas de poder tradicionais. Maria de Lourdes Janotti (1981) defende a existência da relação patriarcal, principalmente, no sertão nordestino: “Nas áreas de economia frágil, como no sertão nordestino, a autoridade pessoal revestia-se mais das antigas prerrogativas do patriarcalismo” (JANOTTI, 1981, p. 48).

Na interpretação de Vilaça (2006), o conceito de coronel é transposto para a literatura, como representação do chefe político, do juiz, do prefeito, do delegado. Por isso, devido à sua relevância, muitos são os coronéis em romances com temáticas amazônicas: Manuel Lobo, de *Terra de Ninguém*; Juca Tristão, de *A Selva*; Jacinto Gazela, de *No circo sem teto da Amazônia*, Coronel Fábio, de *Seringal*; Tonico Monteiro, em *Terra Caída*; além de Cipriano em *Coronel de Barranco*, entre outros.

Associam-se nas ficções da borracha o caráter perverso do seringueiro e a sua ignorância, alienação, como no caso do coronel Cipriano, em *Coronel de Barranco*, que não acreditava na concorrência da produção de borracha asiática com a Amazônia até sofrer as consequências desastrosas da queda do preço.

No diálogo a seguir, um comandante, conhecido do coronel Cipriano, tenta convencê-lo de que a produção da borracha no oriente está crescendo e há indícios da queda da produção da borracha amazônica: “Não ria assim (...) Não se deve fazer pouco da produção da borracha do Oriente. Talvez o senhor não esteja com uma noção exata do problema” (LIMA, 2002, p. 105).

Cipriano é um ex-seringueiro, que roubou do patrão para enriquecer, tornou-se, com o passar do tempo, cada vez mais bronco e vaidoso. Enquanto foi seringueiro desempenhava sua função roubando na produção da borracha. Misturava pedaços de sernambi, latas de conserva, entre outros, para aumentar o peso do produto. Na época, o jovem seringueiro vendia sua produção para o regatão, para os bolivianos e os peruanos, descumprindo as regras básicas do seringal.

Na posição de coronel, ele e todos os demais tinham importante função a desempenhar no sistema produtivo da borracha. Eles eram o elo entre o seringal e as casas aviadoras de Belém e Manaus – as financiadoras das mercadorias do barracão e as compradoras da borracha. Formava-se, então, uma relação de escambo com características coloniais, em que dever muito era sempre sinal de crédito com as financiadoras.

O narrador Matias recebe informações sobre a produção local, assim que chega em Manaus. Um velho amigo, figura importante na gerência do London Bank, orienta o narrador sobre o sistema da borracha: “Aqui na nossa terra, julgam o sujeito pelo dinheiro que deve. E acham, mesmo que não digam claramente, que se o sujeito deve mil é porque tem crédito para três mil” (LIMA, 2002, p. 100).

Nesta relação, o sucesso do seringueiro media-se pelo seu saldo no final da safra e o do seringalista pelo número de *pélas* de borracha exportadas para o exterior. A contabilidade dos ganhos e perdas entre seringalista e aviador eram apuradas quando se dirigiam a Manaus/Belém para receber o saldo e fazer novos pedidos, comprar novos seringais dos aviadores que tinham estoque de terras, decorrentes de liquidação de dívidas, arrematar propriedades em leilões. Pode-se dizer que as relações estabelecidas pelos seringalistas e as casas aviadoras eram de bases eminentemente capitalistas. O interesse era no lucro, no ganho.

O coronel recebia mercadorias finas, trazidas pelas casas aviadoras. Mas desconhecia sua procedência e valor. Desconhecia também o contexto histórico local e mundial de sua época, julgando tolice se interessar por qualquer coisa que não seja produzir borracha em seu seringal. É o que se pode observar a seguir na descrição que o narrador Matias faz do coronel Cipriano: “Vaidoso convicto da sua importância (...) o dente de ouro sempre à mostra, ‘farol’ de brilhante enfiado no indicador direito, Cipriano encarnava o símbolo da abastança naquela época de arrivismo e desvario” (LIMA, 2002, p. 100).

Em determinada passagem, Cipriano afirma ser um crime usar seus trabalhadores para a atividade de agricultura e pecuária, enquanto o preço da borracha estava alto. Nas palavras do seringalista, isto era um pecado:

— Pelo amor de Deus, doutor, o senhor queria que a gente fosse perder tempo fazendo farinha de mandioca e plantando feijão, com esses preços de seringa? Gastar os homens, pescando pacu? Plantando jerimun? O doutor é muito moço, e não atina que isso ia ser um crime. Com fraqueza, doutor, era um pecado que Deus podia castigar (LIMA, 2002, p. 141).

A fama de bronco soma-se a característica de ‘homem macho’, do qual se vangloriam muitos dos coronéis. De acordo com o pensamento dos coronéis, administrar um seringal era tarefa ‘para macho’. Envolveria treinamento de seringueiros, compra de animais de carga e mercadoria. Era tarefa ainda receber as embarcações, administrar o barracão, controlar o débito e o crédito dos seringueiros, além da obrigação de solucionar qualquer conflito entre os seringueiros.

Muitos eram os folclores em torno da figura do coronel. Falava-se que eles demonstravam ostensivamente seu prestígio e riqueza fumando charutos cubanos, acendendo notas de quinhentos mil-réis, usando anéis com diamantes de muitos quilates no dedo. Os homens de poder do seringal eram identificados pelos exageros nos trajes, sempre caricaturados

e, por vezes, desapropriados para o local onde se encontravam; esbanjavam suas fortunas calculadas em quilo de sernambi.

Matias, o narrador da obra e braço direito do coronel Cipriano, comprova o esbanjamento do dinheiro durante uma conversa com o seu chefe: “Brincadeira? Ouvi dizer que, numa viagem dessas, perde-se às vezes até cinco contos numa noite” (LIMA, 2002, p. 111). O seringalista ironicamente responde: “Então? Bote isso em quilo de sernambi e veja se não parece até joguinho pra freira” (LIMA, 2002, p. 111).

Na Amazônia, como no Nordeste, o coronel interfere na vida de seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, arbitrariedades. Porém, esse exercício coronelístico do poder precisa ser observado com cautela. Ao longo dos tempos, a imagem do coronel é usada como elemento de homogeneidade às relações de poder.

No pensamento da pesquisadora Maria Lucinete Fortunato (2000), um conceito é criado e se institui como ‘verdade’, logo esse conceito paralisa determinados elementos da trama histórica para apontá-los como realidade, homogeneidade e/ou totalidade histórica, criando uma visibilidade e uma dizibilidade que produzem efeitos de saber e de poder.

O coronelismo se configurou como face pejorativa da modernização, como signo do atraso e do conservadorismo e o Estado autoritário como símbolo da modernidade. Porém, segundo Foucault (2011), as relações de poder precisam ser tratadas como relações que podem ser definidas a qualquer momento. O autor francês afirma que o poder não está localizado no aparelho do Estado.

O Estado, apesar de sua estrutura, não detém todos os campos das relações de poder e só pode operar com base em outras relações já existentes. Em outras palavras, o poder só existe em ação, ele não é a manutenção ou a reprodução das relações econômicas e sim uma relação de forças que se exerce permanentemente.

Os textos que intencionam conceituar e classificar o coronelismo e a imagem do coronel, sem considerar as relações de poderes que se exercem no cotidiano, encobrem outras possibilidades de observação. Dessa forma, legitimam-se conceitos e institucionaliza-se a verdade sobre o que se pretende como real. Para Foucault (2011), o poder é dinâmico, mas foi sempre observado dentre de uma redoma de vidro, de forma estática. Por isso, há sempre a necessidade de se lançar novos olhares para os mesmos objetos.

Evidenciam-se estas relações de dominação quando as regras são descumpridas no seringal. É o caso de Joca e Quinquim em *Coronel de Barranco*. Os seringueiros nordestinos caçavam, plantavam e pescavam escondidos de Cipriano. Denunciados por Maciel, um seringueiro rival, Joca e Quinquim sofreram as consequências do não cumprimento da ‘lei’ do patrão. É o que se pode observar na cena em que o coronel manda seus capangas atear fogo em toda a plantação dos dois seringueiros:

Agora, enraivecido, Cipriano se pôs a sondar as imediações da barraca, acompanhado dos homens armados. E, em poucos minutos de investigação, descobria a plantação clandestina.

Berrou para os caboclos armados que levava.

— Terçado em cima.

Os quatro homens tinham de cumprir as ordens, mas sentiam vontade de chorar, enquanto iam executando a obra de destruição.

— Fogo. Começa logo com o fogo.

E dirigindo-se a Quinquim, que o olhava estarecido:

— Vamos, seu patife, vai buscar também o querosene de vocês, pra acabar isso mais depressa.

Começou o incêndio a se alastrar.

— Fogo nessa porcaria toda.

(LIMA, 2002, p. 245)

Outro aspecto semelhante entre as duas regiões brasileiras, Nordeste e Amazônia, eram os acordos verbais que se faziam entre patrão-empregado. Pelo que ficava estabelecido, o trabalhador deveria entregar ao proprietário da terra quase a totalidade da sua produção. Apesar disso, sabe-se que os seringueiros não obedeciam esta regra completamente na Amazônia.

No romance *Seringal*, por exemplo, de Miguel Jeronymo Ferrante, é possível observar a ‘aplicação da lei’ de forma arbitrária, por parte do coronel Fábio, ao seringueiro Chico Xavier; e a proteção do patrão ao seu afilhado. O seringueiro foi punido por roubar a mulher de outro trabalhador do corte da seringa chamado Pedro Câmara. Enquanto isso, o afilhado do coronel ficou impune pelo crime de estupro a Paula, uma moradora do seringal Santa Rita. Na cena que se segue, o narrador descreve o sofrimento do seringueiro punido e questiona, por intermédio da personagem Toinho, a justiça que castiga o grande e condena o pequeno:

Seus gritos lancinantes, o corpo bambo amarrado no mourão, e o sangue gotejando vivo e quente na terra ressequida. Por certo, merecera a punição cruel. Ela a lei. A violência contra a violência. Olho por olho, dente por dente. Entendera a razão que armara o braço de Clemente. Naquele instante, aprovara, como os outros, a ação

vingadora. Chamara sobre si aquela morte, como se ele próprio houvesse vibrado os golpes.

(...)

A escarnecer da justiça, que ele consentira e aplaudira, a castigar o pequeno e poupar o grande. Desapiedada para com o Chico Xavier. Omissa para com o afilhado do coronel Fábio (FERRANTE, 2007, p. 89).

Tonico Monteiro em uma passagem do romance *Terra Caída*, de José Potyguara, ressalta quem é que faz a lei e as regras do lugar:

No meu seringal quem manda sou eu. Eu só! Aqui, sou delegado, juiz, rei, papa, o diabo! Ninguém se meta a besta! Quem faz a lei sou eu; e a lei, aqui, é bala!

Embora um tanto exagerado, por vaidade ou para intimidar, a verdade é que, dentro do imenso seringal, ele é temido. Tudo resolve e decide arbitrariamente, mesmo porque autoridade, de fato, só existe na sede da comarca, distante dali quatro dias de rio abaixo (POTYGUARA, 2007, p. 28).

Apesar da aparente submissão, os seringueiros e demais subordinados também encontravam suas estratégias para romper com a empáfia dos senhores dos barrancos amazônicos. A resistência é um aspecto das relações sociais e afirma o direito a diferença. Além disso, combate tudo o que pode isolar o indivíduo, desligá-lo dos outros e da vida comunitária: “O poder necessita dos pontos de resistência ou exercícios de liberdade” (SEIXAS, 2011, p. 78).

No pensar de Foucault (2011), a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência, isto é, o ser humano não é aprisionado pelo poder. Ele pode sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.

A partir disso, a noção de poder não deve ser considerada como algo detido por uma classe (os dominantes), excluindo definitivamente a participação dos dominados. Ao contrário, as relações de poder presumem um enfrentamento contínuo. Isso significa que o poder só se exerce, segundo Foucault (2011), sobre sujeitos livres, ou seja, sujeitos que dispõe de um variado campo de possibilidades de atuação. Se este campo não existir ou for eliminado, não se tem relações de poder, mas sim um estado de dominação pura.

É possível observar essas alternâncias nas relações de poder quando se analisam passagens do romance *Terra Caída*, por exemplo. O coronel Monteiro, apesar da autoridade de sua patente, vive a desobediência e a traição de seus familiares e agregados. Ele descobre por intermédio de uma carta que sua esposa o traía com seu sobrinho. O impacto do adultério foi emocionalmente tão violento que afetou a saúde do coronel. O narrador do romance analisa

friamente a situação do seringalista: “De nada lhe serve o dinheiro, que não compra saúde. Paralítico, o cérebro também avariado pela doença, apenas vive – impotente para discernir, (...) impotente para tudo...” (POTYGUARA, 2007, p. 272).

Em outro momento da obra, o narrador é novamente severo na análise da vida do coronel Tônico Monteiro: “Conseguiu ser rico, mas não consegue ser feliz! Com quase sessenta anos de idade, triste e desiludido, sente-se só, sem amigos, explorado e traído até pelos parentes mais próximos” (POTYGUARA, 2007, p. 264). O narrador ainda atribui a sobrevivência do coronel, durante uma forte alagação, a um castigo divino: “O coronel também escapou. Melhor seria, porém, estar sepultado no fundo do rio, com o seu armazém de mercadorias, do que condenado a vegetar, por todo um resto de vida (...)” (POTYGUARA, 2007, p. 280).

Cipriano sofreu uma traição semelhante à de Tônico. Sua esposa, a ex-prostituta Conchita, fugiu do seringal na companhia do “sério e manso Antoninho” (LIMA, 2002, p. 161), o homem de confiança do coronel, guarda-livros, secretário e gerente do seringal. A passagem que se segue é narrada por Matias: “na primeira página da Gazeta da Tarde, a fotografia de Cipriano e Zeca, já presos na delegacia, após ser descoberto o crime que ficara em mistério vários dias” (LIMA, 2002, p. 318-319).

Em *Coronel de Barranco*, apresentam-se os dois lados da história de violência em meio à floresta: a do seringalista/coronel e a do seringueiro. O coronel, ‘representante da lei’, dá suas ordens, enquanto o seringueiro subverte-as em detrimento de seus interesses pessoais:

Soube até um fato, contado por um brasileiro no consulado, do seringalista que mandou enforcar dois seringueiros. Casos de castração. E ainda um, em que o proprietário mandou a vítima cavar a própria sepultura, antes de executá-la (LIMA, 2002, p. 99).

Mas não só os seringalistas. Os seringueiros, também. Contam coisas tenebrosas dos cearenses, em matéria de querer conseguir saldo depressa, de roubar a mulher do outro, de cometer os maiores abusos e crimes, nesses lugares onde nem chega a notícia de que existe uma justiça. Nem sequer polícia há por ali (LIMA, 2002, p. 99).

No discurso de Foucault (2011), essas demonstrações de violência podem ser instrumentos utilizados nas relações de poder, mas não são seus instrumentos básicos. Deste modo, o exercício do poder deve ser compreendido como uma maneira pelas quais certas ações podem estruturar o campo de outras possíveis ações.

Apesar da arrogância e prepotência de Cipriano, ele não é tido como um dos piores seringalistas da região: “Não é como alguns que a gente pode considerar verdadeiros monstros. Mas também não é boa coisa” (LIMA, 2002, p. 121). Porém, reúne características peculiares de um dono de seringal: ambição cega e coração duro.

Alguns aspectos do coronelismo diferem entre o Nordeste e a Amazônia. Na Amazônia, não se busca ter vínculos com o local. A princípio, todos estão de passagem. A transitoriedade era a marca da Amazônia. Os coronéis não visavam melhorias para região e seus agregados. Por isso, falta a estrutura básica de sobrevivência de uma comunidade: escola, posto de saúde, igreja etc.

As escolas são exemplos de melhorias pouco comuns em meio à floresta amazônica. Nas palavras do coronel Tônico Monteiro, em *Seringal*: “Raro é o seringal que tem esse luxo!” (POTYGUARA, 2007, p. 61). A escola, quando existente, tem espaço físico pequeno e simples, a professora, geralmente, é encaminhada pela prefeitura/estado ao seringal; e as aulas são ministradas para uma meia dúzia de crianças, apenas as que conseguem caminhar das suas colocações até o centro do seringal: “A escola é uma barraca de madeira coberta de zinco, como as outras. Tem três peças: sala de aula, na frente, quarto e cozinha” (POTYGUARA, 2007, p. 59).

O estudo na Amazônia era visto como ameaça para as atividades dos seringueiros: “Eu já lhe disse, seu Albuquerque, jornal e livro só tem besteira”, assim pensava Coronel Cipriano (LIMA, 2002, p. 202). Os patrões temiam que a leitura, o entendimento das leis e a habilidade para cálculos tornassem os seringueiros mais espertos no trabalho: “Seringueiro metido a letrado é a pior gente pra seringal. Só vive perguntando saldo, fazendo conta, metendo besteira na cabeça dos outros, querendo voltar pro Ceará” (LIMA, 2002, p. 147).

No pensamento de Foucault (2001), a ausência da educação sistematizada não permite as mudanças nos discursos. No caso do seringal, conserva-se o pensamento do coronel em que ele relaciona esse tipo de educação com a diminuição do seu lucro pessoal: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2001, p. 44). E completa: “o que é afinal um sistema de ensino então uma ritualização da palavra” (FOUCAULT, 2001, p. 44).

Outro aspecto diferencial entre Norte e Nordeste é o apoio político oferecido pelos coronéis aos candidatos. O coronel garante o voto de seus subordinados em troca de favores políticos. Como afirma Leal (1976):

A maioria do eleitorado brasileiro reside e vota em municípios do interior. E no interior o elemento rural predomina sobre o urbano. Esse elemento rural, como já notamos, é paupérrimo. São, pois, os fazendeiros e chefes locais quem custeiam as despesas do alistamento e da eleição (LEAL, 1976, p. 56).

Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalhos perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento (LEAL, 1976, p. 56).

No romance *Seringal*, o médico Adelmar, que é candidato, passa pelas colocações fazendo atendimento ‘gratuito’ a população em troca de votos. Esta rotina no interior da floresta é muito comum em tempos de eleição e recebe apoio dos coronéis de barranco. Isso pode ser comprovado com a passagem a seguir:

O dr. Adelmar está em campanha política. O atendimento dos doentes faz parte do programa do candidato – médico. A eleição é um comércio. O candidato adquire o voto do eleitor ou do dono do eleitor. O preço é variável, conforme a pessoa e as circunstâncias, e de natureza diversa. O do médico é a consulta, acompanhada do medicamento. Quem não cura, nem tem medicamento, dá roupa, sapatos, dinheiro, ou trafica com influências. Bom mesmo é ser amigo do dono do eleitor ou dispor de dinheiro fácil. Candidato que não é amigo do dono do eleitor, não tem dinheiro, nem nada para oferecer em troca do voto, perde eleição (FERRANTE, 2007, p. 97-98).

Evidencia-se, assim, a importância do apoio político do coronel e, por consequência, de todos os seus trabalhadores, uma vez que estes últimos sofriam a influência do patrão. Porém, vale a ressalva de que o poder do coronel se restringia “à política local, sem acesso às esferas decisórias” (JANOTTI, 1981, p.10).

E é assim que se construiu o coronelismo amazônico. Bons ou maus, não se pode negar que os seringalistas foram partícipes dos dois importantes ciclos econômicos da Amazônia. Eles foram personagens e junto com os seringueiros contribuíram para a formação econômica, social, cultural e política desta terra.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. *Metamorfose do coronel*. Disponível em: http://www.ppghis.historia.ufrj.br/media/carvalho_metamorfoses_coronel.pdf Acesso em: 12 de jul de 2012.

FERRANTE, Miguel Jeronymo. *Seringal*. São Paulo: Globo, 2007.

FORTUNATO, Maria Lucinete. *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo à simulacro do poder local*. 2000. 236f. Tese de doutorado em História Social – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

_____. *A microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LIMA, Claudio de Araújo. *Coronel de Barranco*. Manaus: Editora Valer, 2002.

POTYGUARA, José. *Terra Caída*. São Paulo: Globo, 2007.

SEIXAS, Rogério Luis Rocha. *A condição estratégica do exercício do poder em Michel Foucault*. Revista Argumentos, ano 3, nº 5, 2011.

SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. *Coronel, Coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no nordeste*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ABSTRACT: The study needs to understand the phenomenon of colonels, their influences and power relations established in Brazil, especially in Amazonia during the two cycles of rubber. You can see the figure of the colonel as the central character in many novels, *Terra Caída*, José Potyguara; *Seringal*, Michael Jeronymo Ferrante and *Coronel de Barranco*, Cláudio de Araújo Lima, which will be used as objects of research. In support of the work will be used to thinking of Michel Foucault and critics like Victor Nunes Leal, Maria Janotti, Mark Vinícios Vilaça.

KEYWORDS: Literature. History. Amazon.